

# DESAFIOS E DIFICULDADES DA FAMÍLIA E ESCOLA COM A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Helen Maria Silva da Cruz<sup>1</sup>  
Scheilla G Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem está prevista em lei. Diante disso, o objetivo deste artigo é pesquisar como a escola deve tratar o aluno com transtorno do espectro autista (TEA) a partir da legislação vigente e como a família pode contribuir com a escola. Este trabalho foi realizado com pesquisa bibliográfica. Os dados apontam que as dificuldades e desafios são muitos e que para minimizá-los o aluno deve ser incluído na sala regular e quando necessário contar com o profissional de apoio. Em relação a família, é necessário estabelecer parceria para que em casa, possam continuar com o trabalho, contribuindo com o processo de ensino/aprendizagem.

**Palavras chave:** Inclusão. Aluno. Transtorno do Espectro Autista. TEA

## 1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) afeta cerca de 1% da população (MINAS GERAIS, 2015). Diante deste dado, pergunta-se: como a escola deve acolher e conduzir o aluno dentro do Transtorno do Espectro Autista com base na legislação vigente? Como a família pode contribuir com a escola? Acredita-se que a escola deve tratar o aluno com TEA considerando a singularidade como sujeito. A legislação garante igualdade de condições de aprendizagem do aluno dentro do espectro autista na escola regular.

---

<sup>1</sup> Aluna Helen Maria Silva da Cruz do Curso de Pedagogia – Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG  
Email: helen.cruz@alunos.unis.edu.br

<sup>2</sup> Professora Me(a), Scheilla G de Oliveira do Centro Universitário do Sul de Minas. Professora universitária  
UNIS/MG Email: scheilla.oliveira@professor.unis.edu.br

Percebe-se que a escola juntamente com a família pode traçar objetivos e condutas que beneficiam o aluno com TEA. Pretende-se encontrar a resposta mediante pesquisa bibliográfica, em que ocorre o levantamento de um estudo realizado sobre o tema reunindo informações consideradas relevantes.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DO TEA**

Historicamente a definição de TEA sofreu muitas alterações devido às próprias incertezas e falta de conhecimentos científicos que definissem de forma clara os sintomas, as características e cuidados para com as pessoas que apresentavam comportamentos disruptivos, ou seja, daqueles considerados padrões e esperados. Um ponto importante que respalda as pesquisas do TEA é o marco do desenvolvimento infantil, principalmente no fator linguagem. As contribuições da Neurociências também auxiliam para o melhor entendimento do TEA.

O termo “autismo” foi empregado pela primeira vez por Plouller em 1911, quando realizava pesquisas sobre o processo de pensamento. Somente por volta de 1931, através do psiquiatra Bleuler ele ficou conhecido. Ao longo da história muitos estudiosos contribuíram com suas pesquisas e realizações para o entendimento do “autismo” (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTAS, 2023). Para alguns é definido como uma perda de contato com a realidade, causando dificuldade na comunicação interpessoal, que também consiste na limitação das relações pessoais e com o mundo externo, parecendo excluir tudo que parecia ser o "eu" da pessoa. De acordo com DSM V - Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos, aponta-se que:

Os transtornos do neurodesenvolvimento são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 31).

Nota-se que o manual indica o “autismo” no transtorno do neurodesenvolvimento e apresenta algumas características predominantes marcadas no desenvolvimento das crianças que são fundamentais para o diagnóstico. Essas características são quase sempre as mesmas, como a

dificuldade de comunicação, como a fala aparece um pouco mais tarde, a interação social também, como o simples olhar no olho costuma ser muito difícil para elas.

Encontramos neste mesmo manual o transtorno do espectro autismo como:

Um novo transtorno do DSM-5 que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 809).

Esse transtorno do neurodesenvolvimento apresenta suas características que podem ser percebidas logo nos primeiros anos de vida. Quanto antes acontecer o diagnóstico, melhor será para a criança.

A educação é para todos, porém, o movimento para a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais como direito começa a ser abordado na década de 80, especificamente na Constituição de 1988, no item Educação, no Artigo 205, apresenta a educação como direito de todos, garantindo pleno desenvolvimento da pessoa no exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. E no Art. 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de [...] seção III - o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, s. p.)

Quando falamos da educação inclusiva, estamos falando a respeito da aceitação daquelas pessoas que estão ao redor da criança TEA, sejam eles professores, pais ou até os próprios alunos.

Encontramos, na verdade, situações contraditórias, preconceituosas e até constrangedoras quando nos deparamos com a criança TEA no convívio escolar. É necessário encontrar um caminho onde elas possam conviver bem, desenvolver suas habilidades. Acreditamos que aprendemos muito uns com os outros.

Podemos trazer debates e reuniões sobre a inclusão no ambiente acadêmico, de como uma sala pode ser inclusiva. Encontramos em diversos documentos legais sobre o direito das crianças estarem em espaços escolares formais. Na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) aponta-se:

Competência 9: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 10).

Quanto enfatizamos o direito dessas crianças, estamos fazendo uma relação de empatia com o outro, com ela também trazemos uma forma de fazer um diálogo que seria da família e escola, tentando, assim, resolver os conflitos que já sabemos que existem para ter uma forma de educação mais respeitosa para todos.

Encontramos ainda a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) – que institui a ‘Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista’ e estabelece diretrizes para sua consecução, assegurando às pessoas com Autismo os mesmos benefícios legais dos indivíduos com deficiência, que incluem desde a reserva de vagas em empresas com mais de cem funcionários, até o atendimento preferencial em bancos e repartições públicas, alterando o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1991) E o decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014) Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. (BRASIL, 2012).

## **2.1 Definição e características do TEA**

A ONU estabeleceu em 18 de dezembro de 2007, o dia 2 de abril como o Dia Mundial do Autismo. A cor azul está associada ao Autismo. Estima-se que este tem sua maior incidência em meninos. (MORAL 2017).

Encontra-se diversas definições para o TEA. De acordo com o Ministério da Saúde,

O TEA é um distúrbio caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento, que podem englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, como: ações repetitivas, hiperfoco para objetos específicos e restrição de interesses. Dentro do espectro são identificados graus que podem ser leves e com total independência, apresentando discretas dificuldades de adaptação, até níveis de total dependência para atividades cotidianas ao longo de toda a vida. (BRASIL, 2022, s. p.).

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, no seu Art.1 e § 1º considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada

para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; (BRASIL, 2012. s. p.).

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012. s. p.).

Esse transtorno afeta a parte neurológica do indivíduo, tornando mais difícil sua comunicação, socialização e sua compreensão de entender comandos. Se essas limitações forem notadas o quanto antes, procurando a ajuda de um profissional, melhor será para que essas dificuldades possam ser amenizadas dependendo da gravidade, sendo possível que nem seja notado.” (BRASIL 2012, s. p.)

O transtorno do espectro do autismo (TEA) é caracterizado por alterações qualitativas nas habilidades de interação social, dificuldades de comunicação e o engajamento em comportamentos repetitivos e estereotipados “(Revista Educação Especial | v. 26 | n. 47 | p. 639-650 | set./dez. 2013). Suas características principais são: o não olhar no olho: dificilmente essas crianças conseguem olhar diretamente nos olhos de outras pessoas, embora para alguns casos você consiga ter esse contato perante a sua fala, mas não por muito tempo, Geralmente essas crianças apresentam muita dificuldade na interação social. Na maioria das vezes elas não conseguem interagir uns com os outros.

Essas pessoas quase sempre vêm com algumas estereotipias, seria a necessidade de estar segurando um determinado objeto, ou então, todos os dias têm que sentar-se no mesmo lugar. Podem também ter preferência por determinadas cores e se negar a fazer certas atividades, além disso, existem aquelas que têm altas habilidades em algumas tarefas, conseguindo assim realizá-las com muita qualidade e empenho. Em certas situações o aluno pode até se sobressair na atividade que está realizando.

Atualmente, baseado na DSM-5 (2013), a comunidade médica observa o Autismo com maior complexidade, envolvendo múltiplas etiologias com graus variáveis. O Transtorno do Espectro Autista é atualmente classificado em 3 níveis: autismo leve (1) , autismo moderado (2), e autismo severo (3). (MORAL, 2017).

### **3.1 Família e a criança TEA**

Sabemos que o papel da família é de suma importância para criança com Transtorno do Espectro Autista. A família é responsável por levar a criança às intervenções adequadas ao TEA. “O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se constitui como um quadro cuja gravidade e cronicidade implica em uma maior demanda por cuidados. (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTAS, 2023, s. p.).

Diante disso, a família é convocada a se mobilizar e se adaptar às necessidades da criança autista, o que requer muitas mudanças na dinâmica familiar. Sabemos também como é importante o diagnóstico desse transtorno na primeira infância, quando a família aceita e procura ajuda de um profissional da área, quanto mais cedo o diagnóstico é feito, a criança tem mais chance de uma evolução muito grande e significativa.

Em alguns casos sabemos que é possível que esse transtorno nem seja notado por ser bem trabalhado, em outros casos mais sérios, essas crianças terão que ser acompanhadas para vida toda pela família e profissionais. Também não podemos deixar de lado a família que, em muitos casos, também pode precisar de ajuda dos profissionais que vão trabalhar com seu filho(a), ou até com os professores. Ter o diálogo com essas pessoas que convivem com aquela criança é um dos passos mais importantes para acolher a família. Em vários momentos e situações os pais da criança com diagnóstico de TEA são confrontados por uma nova situação que exige ajuste familiar. O desejo fantasiado da gestação precisa de uma adequação àquele que nasce e que tem características próprias. (BRAGA, 2004).

Muitas vezes, os TEAs impõem um fardo emocional e econômico para assistência e cuidados para as atividades diárias. As crianças do nível severo geralmente não comem sozinhas, não se vestem sozinhas, além da autonomia ficar bem prejudicada. Com a linguagem não estabelecida a criança precisa da interação constante.

Estudos que abordam diferentes aspectos da interação família e criança autista mostram que os níveis de ansiedade e estresse nessas famílias, principalmente nos cuidadores, podem ser mais elevados em decorrência do diagnóstico (muitas vezes dado de forma inconsistente e pouco clara), do desenvolvimento atípico dessas crianças, da falta de comunicação, de comportamentos de difícil manejo, de pouco suporte social e familiar. De acordo com SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS

As crianças diagnosticadas com TEA frequentemente apresentam maior grau de incapacidade cognitiva e dificuldade no relacionamento interpessoal. Consequentemente, exigem cuidado diferenciado, incluindo adaptações na educação formal e na criação como um todo. Essas peculiaridades levam à alteração da dinâmica familiar, que exige

um cuidado prolongado e atento por parte de todos os parentes que convivem com uma criança com TEA. (GOMES et al, 2015, p. 3).

Braga (2004, s. p.) corrobora dizendo que

A condição especial da criança requer que os pais encarem a perda do filho idealizado e desenvolvam estratégias de ajustes à nova realidade. O convívio dos pais com as manifestações específicas do TEA em seus filhos pode culminar, muitas vezes, com o próprio afastamento familiar em relação à vida social. Braga (2004, s. p).

Não há como mensurar o impacto de uma criança com TEA na dinâmica familiar. Como cada criança é única e singular, os pais vão se adaptando à medida que as dificuldades e impasses vão aparecendo. Os envolvidos nesta dinâmica também requerem atenção, orientações e esclarecimento para facilitar e ajudar na educação do filho. A condição especial da criança requer que os pais encarem a perda do filho idealizado e desenvolvam estratégias de ajustes à nova realidade.(BRAGA, 2004)

## **2.1. A escola: desafios e dificuldades**

Sabemos que trabalhar com a educação inclusiva nas escolas não é fácil, apesar de termos avançado muito em relação aos esclarecimentos e literatura, ainda temos muito para evoluir. A cada dia na escola temos que fazer as adequações para que essas crianças tenham o seu espaço de direito, permitindo uma educação mais justa e inclusiva.

A demanda desses alunos vem aumentando, a cada dia mais temos alunos nas escola regulares de ensino com o espectro autista. Um dos grandes desafios é a preparação dos professores. É posto que os docentes deverão encontrar novas formas de elaboração de seus planos e propostas pedagógicas. Para que isso ocorra, os profissionais da educação necessitam da formação continuada e especializada.

Logo, a escola tem como um dos principais desafios a promoção de conhecimentos continuados para todos os profissionais de educação, podendo também oferecer essa proposta para a comunidade que também não tem muito conhecimento sobre eo TEA e o que sendo apresentado pelos estudiosos desta área.

A inclusão da criança autista na escola regular de ensino ainda é um grande desafio. Encontramos no cenário da sociedade muitas pessoas que têm dificuldades de entender que, apesar do diagnóstico, é possível que esse indivíduo consiga aprender juntamente com os outros

alunos em uma sala de ensino regular. Cabe o compromisso dos envolvidos no processo de ensino apresentarem de uma forma que leve a construção de conhecimento. Desta forma,

Mead (1934/1972) foi um dos fundadores da sociologia empírica e sistemática, sendo um dos primeiros a descrever a socialização como construção de uma identidade social na e pela interação com os outros (DUBAR, 1999 apud CAMARGO; BOSA, 2009, p. 69).

A socialização pode acontecer em um processo longo e nem sempre satisfatório. Alguns dias essa criança pode interagir bem e outros ela pode não querer nenhum tipo de vínculo. Essa seria também uma dificuldade encontrada pela escola, por outro lado quando a interação com o outro acontece, é notável o avanço que as crianças têm e conseguem, com isso, fazer atividades juntamente com a turma como brincadeiras pinturas, entre outros. Assim,

A noção de socialização faz parte da linguagem comum dos práticos da educação e da formação, designando, na maioria das vezes, uma integração dos indivíduos na sociedade, uma aquisição de “bons” hábitos sociais, uma aprendizagem da vida em coletividade no centro dos grupos constituídos no interior dos estabelecimentos escolares, por exemplo. [...] A socialização tem certamente um papel a desempenhar na aquisição de conhecimentos, mas fundamentalmente na constituição de uma ligação social que apresenta muita fragilidade. Neste sentido, a socialização se aproxima da sociabilidade, de um tipo de aptidão a preservar e a respeitar nas relações sociais. (PLAISANCE, 2003, p. 1).

Nos estudos da Psicologia do desenvolvimento, Hartup (1989) aprofunda-se no estudo das interações sociais com pares, influenciado pelos paradigmas da cognição social (Piaget), aprendizagem social (Bandura) e as teorias sociogenéticas de Baldwin e Vigotsky.

Essa interação social em pares também se revela como um desafio. A interação com professores e pais nem sempre coadunam com as atitudes esperadas. A criança pode ter um laço com uma outra criança que tenha a mesma idade, mantendo sempre o respeito um com o outro. As habilidades socioafetivas muitas vezes são desafio na sala de aula. Nem sempre vai sair como planejado.

### 2.1.1 O atendimento educacional especializado ( AEE) para TEA

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem comum do ensino regular (BRASIL, 2008, p.15). Assim,



Na última década do século XX e início do século XXI, a política de Educação Especial (EE) foi direcionada, com base nas indicações das organizações multilaterais, para a perspectiva inclusiva nas escolas regulares. Com a LDBEN n. 9.394 de 1996, a EE passou a ser vista como apoio à rede regular de ensino. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), principalmente com o Decreto n. 6.571/2008, a EE foi direcionada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais. Em 2011, no governo de Dilma Rousseff (PT), o Decreto n. 7.611 retomou as instituições e classes especiais como alternativa ao ensino regular. VAZ 2013 p.13

“Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.” (BRASIL, 2012, s. p.)

Desta forma, a Educação Especial é a modalidade de ensino que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e possui recursos multifuncionais.

Devido às características peculiares, que variam de criança para criança, o processo de aprendizagem de alunos com TEA requer adaptações que confrontam os tradicionais métodos de ensino, já que impõem desafios aos professores e superação de barreiras para garantir o direito e a permanência dessas crianças no ensino comum (DUTRA, 2008 apud CAMARGO, 2020, p. 3).

Hoje em dia encontramos a sala de recursos multifuncionais, um espaço que tem o profissional de apoio e atende essas crianças em horários distintos das aulas.

Art.3º Nesta perspectiva, a Educação Especial fundamenta-se na concepção dos direitos humanos, garantindo o direito de todos à educação e valorizando a diversidade, prezando assim, pelo respeito às diferenças sociais, culturais, étnicas, raciais, gênero, físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas, sensoriais e outras. (BRASIL, 2008, s. p.).

Esse acompanhamento é uma das formas de inclusão nas escolas, através desse profissional AEE os alunos que ficavam sem nenhuma assistência passam a ter um profissional de apoio que faz um trabalho exclusivamente para que eles possam se sentir mais incluídos na sala de aula.

Esse profissional é especializado na área de educação especial, tem consciência das limitações da criança/jovem e sabe as formas e quais habilidades desenvolver para o avanço desse indivíduo no processo ensino/aprendizagem. O professor responsável do atendimento AEE também tem como responsabilidade orientar os professores em como trabalhar de forma produtiva com esse aluno.

O papel desses profissionais com a família também é muito significativo. Podem haver reuniões com os pais para levantar pontos importantes: o que a criança vem evoluindo e dificuldades apresentadas. Assim sendo, os pais em casa podem continuar com esse trabalho que está sendo feito para que haja uma evolução no desenvolvimento.

O profissional da Educação do aluno com necessidades educacionais especiais:

tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela” (BRASIL, 2008, p.15).

O profissional do AEE faz o uso de matérias bastantes didáticas, atividades e recursos como: Libras (Língua Brasileira de sinais), Código Braille, Comunicação aumentativa/alternativa, sorobã, entre outros. Usa também de jogos pedagógicos como quebra-cabeça, blocos de madeira, jogos de memória entre outros. Esses jogos são muitos usados por serem materiais que podem trazer as habilidades que esse aluno precisa que seja desenvolvida.

Pensando no perfil de um professor adequado para trabalhar com a inclusão é importante considerar que, mesmo diante de alguns erros que aconteceram durante a trajetória da inclusão, as ideias inclusivas estão em evolução constante, sendo atualmente mais aceitas e praticadas. Sabemos agora que incluir não é padronizar as pessoas e, sim, respeitar as singularidades que serão trabalhadas, desenvolvidas e integradas em seu contexto, resultando na aprendizagem de todos. É construir a autonomia, desenvolvendo as habilidades e competências do aluno, sua percepção de si mesmo, de suas possibilidades, de seus desejos e as suas potencialidades existentes. ( OLIVEIRA, 2018, s. p.)

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica, para o professor atuar no AEE, ele “deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada” (BRASIL, 2008, p. 4).

Por esses e outros motivos é importante a presença deste profissional no ambiente regular de ensino. Lembrando que esses momentos são distintos das aulas, para que o aluno também tenha contato com uma sala regular de ensino, para haver a interação social e o aprendizado.

### 2.1.2 Acessibilidade atitudinal

A acessibilidade atitudinal seria uma forma de promover uma inclusão nas escolas com nossa crianças com TEA.

A acessibilidade atitudinal refere-se às atitudes das pessoas que podem funcionar como barreiras para que as pessoas se sintam incluídas nos mais variados segmentos da sociedade. Tais atitudes excludentes são os preconceitos, discriminações, estereótipos e estigmas (PIVETTA et al., 2016, s. p.).

Segundo a acessibilidade atitudinal relaciona-se ao respeito, ao acolhimento das diferenças e promovê-la é muito importante, uma vez que as dificuldades de acesso à escola não se limitam apenas às barreiras físicas, abrangendo outros tipos de obstáculos. (PONTE; SILVA, (2015, s. p.)

Acessibilidade atitudinal seria exatamente isso: promover que o aluno TEA seja realmente incluído na sala de aula. Não é somente colocar esse aluno em uma sala regular de ensino é proporcionar também para ele atividades que garantam sua evolução e seu aprendizado. Devem ser preparados materiais e planos de aula específicos para esse aluno e, caso ele não consiga fazer o que é proposto para a turma em que está lotado, é preciso ser feita uma adequação para ele. Essa proposta deixaria o aluno mais à vontade em um ambiente onde realmente ele tem direito às vivências a aprendizagem; que seja remanejado e organizado para que realmente possa atendê-lo através das melhores propostas possíveis.

Sabemos que existem profissionais que ainda são tradicionalistas e que não promovem alternativas de aulas diversificadas para contribuição e para a interação de todos. Ainda temos profissionais que tratam essas crianças de maneira diferente, muitas vezes não deixando que elas participem das aulas, além disso promovem atividades que não podem ser realizadas por elas. Muitas vezes essas atitudes passam despercebidas pelas escolas, promovendo assim, a não inclusão desses alunos.

A ideia da inclusão existe e temos muitas propostas boas, mas a prática nas escolas ainda precisa ser aprimorada. Os professores e pais precisam trabalhar mais com essas crianças em atividades que realmente fazem sentido para elas e estar juntas com a turma sem distinção e preconceitos precoces.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, [...] dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1).

Os obstáculos muitas vezes ultrapassam as barreiras físicas e é preciso estar atento as demandas das crianças e possam participar das atividades promovidas pela escola.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante e vale ressaltar também que a educação inclusiva implica em novas práticas docentes para que a inclusão possa realmente envolver todos de forma igualitária. Afinal, sendo a escola um espelho da sociedade, como afirma Dewey, é aí que se aprende a ser, a saber ser, a saber fazer e a saber viver com os outros. (DELORS, 2001).

Em geral, ainda falta a preparação dos profissionais da educação para uma inclusão efetiva. É necessário cursos formações para os professores sobre a inclusão: como podemos fazer para ela acontecer?

A sociedade pode ainda não estar preparada para receber nossos alunos com necessidades especiais, mas nós devemos promover inclusão na nossa sala de aula para que sejamos alguma fonte de exemplo para a sociedade, pois estamos formando cidadãos que precisam respeitar e incluir a todos, independente se ele tem alguma habilidade diferente, pois somos todos diferentes, porém, temos todos os mesmos direitos perante a lei. “Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir, é um dever de todos.” Letícia Butterfield.

## ***CHALLENGES AND DIFFICULTIES OF FAMILY AND SCHOOL WITH CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER***

### ***ABSTRACT***

*The inclusion of people with disabilities, disorders or learning difficulties is provided for by law. Therefore, the objective of this article is to research how schools should treat students with autism spectrum disorder (ASD) based on current legislation and how the family can contribute to the school. This work was carried out with bibliographical research. The data shows that there are many difficulties and challenges and that to minimize them, the student must be included in the regular classroom and, when necessary, have professional support. In relation to the family, it is necessary to establish a partnership so that at home, they can continue with their work, contributing to the teaching/learning process.*

***Keywords:*** *Inclusion. Student. Autistic Expectancy Desmorder. TEA.*

## **REFERÊNCIAS**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre : Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf> > Acesso em: 27 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DOS AUTISTAS. **História.** 2023. Disponível em: <<https://www.ama.org.br/site/ama/historia/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISMO. **Definição.** 2017. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/autismo/definicao/>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRAGA, M. R.; AVILA, L. A. Detecção dos transtornos invasivos na criança: perspectiva das mães. **Rev Lat Am Enfermagem**, v. 12, p. 884-889, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição:** texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Diário Oficial da União, Brasília, dez. 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p

BRASIL Casa Civil **lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990** . Brasília: Casa Civil, 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18112cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm) Acesso em: 18 out 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014.** Brasília: Casa Civil, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.368%2C%20DE%20que%20lhe%20confere%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.368%2C%20DE%20que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL Ministério da Saúde **TEA:** saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>. Acesso em: 18 out 2023.

CAMARGO Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.36, p. 214-22, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.

COSTA. Amilton. **O espaço escolar em uma perspectiva mais inclusiva de estudantes portadores do transtorno do espectro autista**. Curitiba: Uninter, 2022. Disponível em: [https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1192/Disserta%20a7%20a3o%20Final\\_Amilton%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1192/Disserta%20a7%20a3o%20Final_Amilton%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 out. 2023.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, P. T. M. et al. Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies . **J Pediatría**, Rio Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111–121, 2015.

MINAS GERIAS. Secretaria de Estado de Saúde. **Autismo afeta cerca de 1% da população**. 2015. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/ajuda/story/6884-autismo-afeta-cerca-de-1-dapopulacao>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MORAL, A. S. E.H; ZINK, A. G. MOLINA, E.C. **Entendendo o autismo**: projeto contemplado no 3º EDITAL SANTANDER/USP/FUSP de Direitos Fundamentais e Políticas Públicas, 2017.

MORAL, Adriana. **entendendo o autismo**. São Paulo: USP, 2017.

OLIVEIRA, Scheilla Guimarães de. **Educação especial inclusiva**. Varginha: GEaD-UNIS/MG, 2018.

SOBRADINHO. **Resolução nº 004/2019**. 2019. Disponível em: <http://sobradinho.rs.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/06/RESOLU%20C3%87%20C3%83O-004.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023

VAZ Kamille. **O professor de educação especial nas políticas de perspectiva inclusiva no Brasil**: concepções em disputa Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123143/322561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2023